

Sociais-democratas em Postos de Responsabilidade



No meio do mandato de 5 anos do Parlamento Europeu são eleitos novos dirigentes para diversas funções do Parlamento Europeu e dos grupos políticos. Paulo Rangel foi reeleito Vice-Presidente do grupo PPE, José Manuel Fernandes foi reeleito coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos e Fernando Ruas foi eleito Presidente da delegação UE-Brasil.

Pg. 2, 3 e 12



Palavra

Tantas vezes ouvimos "**Palavra dada é Palavra honrada**"...

Vem isto a propósito da eleição do novo **Presidente do Parlamento Europeu**. Foi eleito, à quarta e última volta, o **italiano do PPE Antonio Tajani**. Teve como principal opositor o socialista italiano Gianni Pittella.

Em 2014, porém, no início da legislatura europeia, PPE, socialistas e liberais **tinham assinado um Acordo** que estabelecia que na primeira metade do mandato a Presidência seria ocupada por um socialista (e todos votámos no alemão Martin Schulz) e que **na segunda caberia a um Deputado proposto pelo PPE**.

O Acordo - bastante abrangente - pretendia assegurar, numa casa com tanta diversidade, a representação das principais sensibilidades políticas e nacionais. **E se é certo que serviu para eleger o socialista**, quando chegou a vez do PPE, **os socialistas europeus decidiram rasgar o compromisso**. Uma estratégia acordada entre Pittella, Hollande, António Costa e Tsipras...

Foi eleito na mesma, com mais dificuldade, o candidato do PPE mas houve **um Acordo não cumprido** e a confiança desfeita entre os dois principais Grupos Parlamentares do Parlamento Europeu.

A Palavra dada dos socialistas europeus não foi honrada...

Melhores respostas no emprego defende Sofia Ribeiro

Pg. 02

Futuro da Europa Discutido no Porto por iniciativa de Paulo Rangel e José Manuel Fernandes

Pg. 8-9

Carlos Coelho e Carlos Moedas promovem Rede e Debate com Cientistas Portugueses



Pg. 15

Abordagem individualizada nos Serviços de Emprego defendida em Bruxelas

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** interveio na conferência **“Definir os serviços de emprego para o futuro: da política à prática”**. Este evento, co-organizado pela Deputada, trouxe ao debate ilustres oradores como Kris Peeters, Vice-Primeiro Ministro belga e responsável pela pasta da Economia e do Emprego, e Pedro Martins, ex-Secretário de Estado do Emprego português, e pretendeu provar que a abordagem global ao ainda significativo desemprego de longa-duração **“está completamente obsoleta”**.



Para Sofia Ribeiro **“é indispensável um acompanhamento personalizado e individualizado, capaz de dar rapidamente respostas assertivas aos desempregados europeus, especialmente aos 10 milhões de desempregados de longa duração. Quanto mais tempo estes cidadãos ficarem em situação de desemprego, mais tempo levarão a retomar ao mercado de trabalho”**, competindo aos Estados-Membros **“prestar atenção às boas práticas verificadas em alguns países da União”**.

A Deputada social-democrata defendeu ser

necessário um **“verdadeiro”** processo de acompanhamento e requalificação profissional, que seja **“capaz de apoiar de forma personalizada os desempregados, providenciando-lhes respostas adequadas às suas competências e habilitações”**, referindo ainda que **“é crucial o rápido acompanhamento destes desempregados, sob pena que esta situação comece a afectar a sua auto-confiança, bem-estar e desenvolvimento futuro, evitando que cheguem a situações de pobreza e exclusão social e, consecutivamente, que se coloque em causa a sustentabilidade dos sistemas nacio-**

nais de segurança social”. Nas suas declarações, Sofia Ribeiro apelou ao estabelecimento de parcerias para a resolução do desemprego de longa-duração: **“É de grande importância incentivar e desenvolver parcerias entre os empregadores, os parceiros sociais, os serviços de emprego públicos e privados, as autoridades públicas, os serviços sociais e as instituições de educação e formação, a fim de proporcionarem as ferramentas necessárias para responder melhor às necessidades do mercado de trabalho e de prevenirem este flagelo”**, finalizou a Eurodeputada.

Deputado do PSD foi eleito, em Estrasburgo, por “unanimidade e aclamação”

O Deputado ao Parlamento Europeu do PSD, **José Manuel Fernandes**, foi reeleito, “por unanimidade e aclamação”, para **coordenador do Grupo do Partido Popular Europeu (PPE) na Comissão dos Orçamentos**.

“É uma honra e uma responsabilidade acrescida ter sido reeleito. Encaro esta eleição como um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido nestas funções ao longo dos últimos dois anos e meio, ao mesmo tempo que representa uma manifestação de confiança para enfrentarmos e superarmos os grandes desafios que temos pela frente nesta segunda metade do mandato”, afirmou

José Manuel Fernandes, no final da votação. **“Os próximos fundos europeus, o alargamento do Plano Juncker e os orçamentos anuais da UE são dossiers relevantes”** que o eurodeputado destacou para o seu trabalho de coordenação do grupo. **“Nos próximos dois anos e meio continuarei a dar o meu máximo por Portugal e pela União Europeia”**, declarou.

A Comissão dos Orçamentos é uma das mais relevantes do Parlamento Europeu e assume, entre outras competências, o quadro financeiro plurianual das receitas e despesas e sistema de recursos próprios da União, o

orçamento da União, as actividades financeiras do Banco Europeu de Investimento (BEI), a inscrição do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) no orçamento e o seguimento e avaliação da execução do orçamento. Como coordenador, o eurodeputado tem a responsabilidade de liderar a negociação entre os diferentes grupos, a distribuição e gestão dos dossiês em análise e discussão.

Neste mandato, o eurodeputado José Manuel Fernandes foi ainda responsável pelo orçamento geral da União Europeia para 2016 e pela negociação do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos – o **‘Plano Juncker’**.

Paulo Rangel reeleito Vice-Presidente do Grupo PPE até 2019



“Esta reeleição representa a confiança depositada pelos meus colegas Deputados no trabalho que tenho vindo a desenvolver”, refere **Paulo Rangel**. O Deputado sublinha que **“para Portugal é muito relevante ter um Vice-Presidente do grupo parlamentar que é simultaneamente Vice-Presidente do partido PPE”**. “Este facto é ainda mais importante nas atuais circunstâncias: pelo facto de em Portugal existir um Governo socialista apoiado por partidos da esquerda anti-democrática e anti-europeia. É crucial que nos centros de decisão da União Europeia, Portugal e os seus partidos demo-

cráticos e europeístas mantenham lugares de relevo e influenciem as políticas da União no sentido de reforçar a solidariedade entre os Estados-Membros”, termina Paulo Rangel. Esta é a quarta vez sucessiva que Rangel é eleito para um cargo de direção do grupo do PPE desde que integrou o PE como Deputado, em 2009, mantendo os pelouros de liderança da rede dos grupos de reflexão (**European Ideas Network**) e a coordenação do grupo de trabalho sobre o futuro da Europa. Juntamente com Rangel, foram eleitos outros nove Vice-Presidentes do grupo, cujo presidente continua a ser o alemão Manfred Weber. 

Fernando Ruas questiona Comissão Europeia sobre a Ligação ferroviária Aveiro - Mangualde

No âmbito do corredor atlântico ferroviário europeu, **Fernando Ruas** questionou a Comissão Europeia relativamente à importância da concretização da ligação ferroviária entre Aveiro e Mangualde.

Recorde-se que, numa entrevista concedida em outubro do ano passado a um jornal diário português, o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas português afirmou que o governo iria «insistir no projeto da linha entre Aveiro e Mangualde», referindo-se à recandidatura desta ligação ferroviária aos Fundos Europeus do Mecanismo Interligar a Europa (MIE).

Este projeto, inserido na Rede de Transportes Transeuropeia (RTE-T) principal e no Plano de investimentos em infraestruturas Ferrovia 2020 (do Governo português), está orçamentado em 673,3 milhões de euros, sendo que 404.8 milhões de euros poderão ser comparticipados



pela UE, através do Mecanismo Interligar a Europa.

Esse mesmo Mecanismo já foi responsável no ano passado pelo financiamento de 68,62% de um total de cerca de 548 milhões de euros na modernização da linha da Beira Alta (Pampilhosa-Vilar Formoso), também na região Centro.

Atenta a importância desta obra para o reforço da coesão e competitividade regionais, o Eurodeputado Fernando Ruas realçou que **“a concretização desta obra**

aproximará ainda mais aglomerados populacionais e centros económicos de grande importância, garantindo viabilidade e sustentabilidade económica às regiões por ela abrangidas”.

A Comissão Europeia respondeu à pergunta formalizada pelo Deputado europeu, confirmando que **“a ligação ferroviária transfronteiriça entre Aveiro e Salamanca constitui uma secção pré-identificada do corredor atlântico da rede transeuropeia de transportes (RTE-T) principal e está incluída na lista de projetos pré-identificados sobre a rede principal no setor dos transportes, no anexo I, parte I, do Regulamento (UE) n.º 1315/2013 que cria o Mecanismo Interligar a Europa (MIE). Por conseguinte, a atualização desta secção para padrões equiparados aos da rede RTE-T, tal como das demais secções incluídas no anexo I do Regulamento MIE, é considerada uma prioridade para o desenvolvimento desta rede.”** 



Dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres

Assinalou-se no dia 25 de Novembro o **Dia Internacional para a eliminação da Violência contra as mulheres**. Neste contexto, o Parlamento Europeu debateu a adesão à Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, conhecida por **“Convenção de Istambul”**.

Carlos Coelho lembrou que *“já passaram mais de vinte anos após a proclamação do Dia Internacional para a eliminação da violên-*

*cia contra as Mulheres. Mas **persistem ainda números preocupantes**: uma em cada vinte mulheres europeias foi violada, uma em cada cinco já foi perseguida.”*

O social-democrata continuou sublinhando que *“estes dados tornam claro, uma evidência: **este é um combate de homens e mulheres e uma causa de todos e de cada um**”* e apelando *“aos Estados-Membros que ainda não o fizeram, para que **ratifiquem a Convenção de Istambul** e para que o Conselho avance com as*

negociações para a adesão da União Europeia”.

O Deputado do PSD concluiu deixando um alerta: *“esta é uma mudança que não se opera apenas com este debate, ou com a ratificação de um tratado. É uma mudança que requiere um trabalho constante e laborioso. **Somos o continente no mundo que mais luta pela defesa dos direitos humanos**. Também neste domínio temos de ser um **farol de esperança para milhões de mulheres** que, aqui ou além-fronteiras, ainda sofrem simplesmente por serem mulheres.”* 

Negociações com a Turquia devem ser suspensas

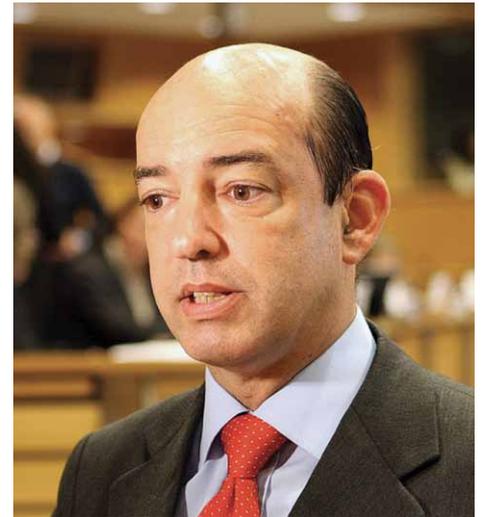
O Parlamento Europeu votou o **congelamento das negociações com a Turquia**, com vista à sua adesão à União Europeia.

Carlos Coelho começou por lembrar que **“em Março deste ano, logo após a declaração UE-Turquia relativa à chamada crise dos refugiados, alertei para os perigos de tal acordo. Não só manifestei reservas sobre a eficácia e legalidade do que pedíamos à Turquia, como da exequibilidade das contrapartidas que oferecíamos. Com efeito, duvidei que fossem angariados os milhares de milhões prometidos e hoje apenas uma pequena parte foi de facto entregue; duvidei que fosse possível liberalizar os vistos com aquele país e hoje essa possibilidade**

permanece pelo menos tão distante como então; e, por fim, duvidei que fosse prudente acenar com a adesão”.

O Deputado do PSD considerou ainda que **“hoje é evidente que uma adesão será impossível num futuro próximo. O que temos assistido na Turquia é contrário aos valores essenciais para qualquer membro da União”**.

Carlos Coelho concluiu que **“não podemos ignorar que a Turquia constitui um parceiro natural da União, por evidentes razões geoestratégicas, mas há princípios sobre os quais não podemos transigir. Apoio pois a suspensão das negociações de adesão com a Turquia.”** 



Parlamento Europeu aprova reforço de ações de controlo da pesca nas RUP por proposta de Sofia Ribeiro

O Parlamento Europeu votou em Estrasburgo o relatório sobre **“Como harmonizar os controlos de Pesca na União Europeia”**, aprovado em plenário por 581 votos a favor, 59 contra e 48 abstenções, tendo a Eurodeputada **Sofia Ribeiro** considerado que **“este é de facto um passo muito importante para o sector das pescas das Regiões Ultraperiféricas em geral e para os Açores em particular, uma vez que a nossa Região apresenta uma enorme zona económica exclusiva e este sector atravessa uma forte crise”**.

O Parlamento Europeu aprovou diversas recomendações para a revisão do regulamento sobre o controlo de pescas, que terá lugar em 2017, entre as quais a necessidade de controlos mais eficazes, a proteção da pesca costeira e artesanal, o tratamento igualitário dos pescadores nos vários países da UE, uma aplicação uniforme das inspeções e o envolvimento do setor pesqueiro,

nomeadamente da pesca costeira, tradicional e artesanal, cuja proteção e promoção deve ser o objetivo de qualquer nova legislação.

Segundo Sofia Ribeiro **“este foi um documento em que me envolvi desde a primeira hora, apresentando mais de 29 propostas na defesa das pescas das RUP, tendo a sua esmagadora maioria ficado integrada no documento final, aprovado. É por isto com muito orgulho e satisfação que vi, para bem deste sector tão importante, a aprovação da minha proposta, em que defendi que a eficácia dos controlos varia também em função da enorme diversidade de áreas de pesca da UE, que inclui zonas restritas e confinadas, cujos recursos pesqueiros são partilhados essencialmente pelos Estados-Membros adjacentes, bem como zonas de pesca muito longínquas e remotas. Destaquei em particular, as características específicas das RUP, cujas vastíssimas Zonas Económicas**

Exclusivas (ZEE) eminentemente oceânicas, conjugadas com o tipo de recursos pesqueiros explorados (maioritariamente espécies de profundidade e grandes migradores pelágicos) e com a escassez de recursos alternativos, justificam claramente um reforço das ações de controlo nestas regiões fortemente dependentes da pesca e altamente vulneráveis à atividade devastadora de frotas reconhecidamente incumpridoras das regras da PCP”.

A terminar as suas declarações, Sofia Ribeiro referiu que **“os Deputados das RUP têm de ser polivalentes, pois apesar de não estar na Comissão de Pescas do Parlamento Europeu, sigo com muita atenção todos os assuntos e relatórios que possam estar relacionados com a nossa Região e tento influenciá-los, alterá-los de modo a irem mais ao encontro das nossas necessidades. Foi isto que também fiz neste relatório, em prol do sector das pescas da nossa Região.”** 

Proposta de aumento do POSEI aprovada na Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** viu ser aprovado pela Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural a sua proposta de aumento do envelope financeiro do POSEI, tendo afirmado que *“este é mais um passo muito importante para que a Agricultura dos Açores saia reforçada numa futura e possível revisão deste programa tão importante para os Açores”*.

A Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu votou o parecer *“Investir no Emprego e Crescimento - maximizar a contribuição dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento”*, em que aborda a forma como os fundos estruturais podem ser ferramentas importantes na promoção do emprego e do investimento, tendo Sofia Ribeiro conseguido que *“ficasse salvaguardada a situação do POSEI a dois níveis: primeiro há o reconhecimento de que o POSEI é de facto um fundo muito importante e que tem de ser considerado ao mesmo nível dos restantes fundos e em segundo lugar, ao conseguirmos*

que a Comissão de Agricultura se pronunciasse favoravelmente ao aumento do envelope financeiro, obviamente que temos aqui um grande argumento de defesa destas nossas posições” segundo adiantou a Eurodeputada.

Sofia Ribeiro conseguiu o apoio de todos os grupos políticos para a sua proposta, tendo a mesma, por causa disto, ficado integrada no primeiro compromisso do documento da seguinte forma *“salienta que o POSEI é o principal responsável pela criação de empregos diretos e indiretos do setor agrícola para as regiões ultra-periféricas, e apoia fortemente a atualização do seu orçamento para responder às características e os condicionalismos dessas regiões específicas, de acordo com as disposições previstas no artigo 349.º do TFUE”*, tendo o compromisso obtido a esmagadora maioria dos votos da comissão, existindo apenas 2 votos contra.

Ao finalizar as suas declarações, Sofia Ribeiro defendeu que *“desde a minha tomada de posse que me foi dito e assumi que a Agricultura*



seria um tema fulcral para o PSD/Açores, pelo que tenho cumprido com esta missão. Temos conseguido a nível europeu muitas coisas boas para a Região e assim se manterá. Este é mais um sinal de que a agricultura dos Açores é uma prioridade e é sempre bom perceber, após muito esforço e diversas iniciativas, que os meus colegas estão mais sensibilizados para as nossas necessidades”.

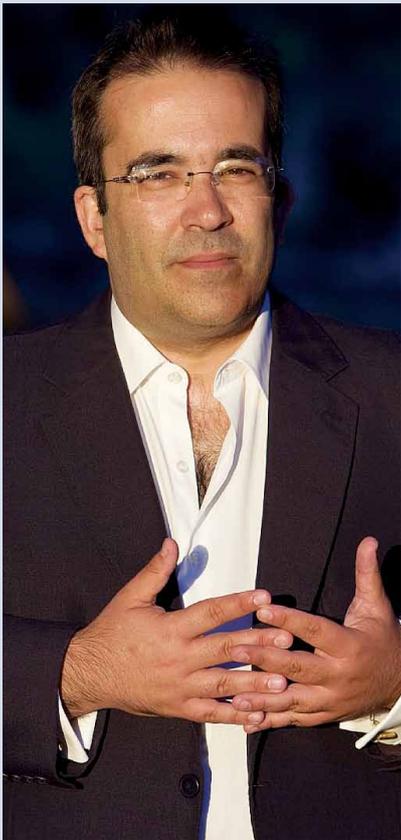
Há discursos populistas que pregam o ódio e a violência

O Parlamento Europeu debateu a luta contra o racismo, a xenofobia, a homofobia, o sexismo e outras formas de intolerância.

Na sua intervenção **Carlos Coelho**, afirmou que *“num momento em que discursos políticos populistas semeiam o ódio e pregam a violência, temos de reafirmar e fazer sentir que a tolerância e a não discriminação são valores fundamentais da União Europeia des-*

de a sua fundação, tanto para os Estados-Membros como na ação externa da União. Isto está claro nos Tratados, na Carta dos Direitos Fundamentais e encontra reflexo em numerosa legislação comunitária”. O Deputado social-democrata referiu que *“apesar de passarem 21 anos sobre a Declaração das Nações Unidas sobre a Tolerância, ainda há muitos obstáculos a uma Europa plenamente tolerante.”*

“Em 2015, 1/3 dos europeus declarava não se sentir confortável com o seu filho(a) ter um parceiro(a) muçulmano. Um pouco mais de 1/5 considerava que a comunidade LGBTI não deveria ter os mesmos direitos que as pessoas heterossexuais. Também 1/5 dos Europeus não se sentia confortável em trabalhar com uma pessoa de origem cigana. As mulheres europeias ainda ganham, em média, menos 30% do que os homens e muitos acham isso aceitável”.



Paulo Rangel pressiona a Comissão a revelar "acordo secreto" com França

O Deputado **Paulo Rangel** questionou a Comissão Europeia sobre o alegado **"acordo secreto"** com a França, que a isentava de cumprir o défice. No livro **"Um Presidente Não Devia Dizer Isso..."**

O presidente francês François Hollande faz referência a um acordo entre França e a Comissão Europeia. Na sequência da revelação, Paulo Rangel enviou uma pergunta à Comissão Europeia *"é verdade que França celebrou um acordo – formal ou informal, secreto ou não – que lhe permitiu contornar as regras aplicáveis à zona euro, em sede de défice e de dívida, beneficiando de um tratamento ilegal e discriminatório"* e, a ser verdade, **"quem foram os responsáveis europeus e franceses por essa prática e a que procedimentos de responsabilização política e jurídica**

Eurodeputado José Manuel Fernandes desafia governo a reforçar apoios comunitários para a área social

Em sessão de esclarecimento na Misericórdia de Braga sobre **"A Europa 2020, o Plano Juncker e as Misericórdias"**, **José Manuel Fernandes** esclareceu que Governo tem todas as condições para propor junto da Comissão um redirecionamento dos montantes no Portugal 2020.

O Eurodeputado José Manuel Fernandes lançou em Braga, um desafio ao governo português para *"levar à prática os discursos sobre a prioridade social e concretizar com ações e medidas concretas as preocupações manifestadas nos discursos sobre as respostas sociais"*.

Nesse sentido, o Eurodeputado do PSD desafiou o governo a avançar junto da Comissão Europeia com *"uma proposta para um redirecionamento das verbas previstas nos fundos estruturais, reforçando os recursos para a área social"*.

"A área social é uma prioridade da União Europeia e - pelo menos no discurso - também é do governo nacional. Por isso, não se justifica que haja falta de recursos para as necessidades sociais do país, nem incapacidade de apoio às propostas de investimento das instituições sociais", defendeu o Eurodeputado social-democrata que adiantou *"é possível rever o acordo de parceria Portugal 2020 e a Comissão Europeia não levantará, seguramente, problemas em que haja um redirecionamento das verbas previstas no Portugal 2020 para privilegiar a área social"*.

"Os discursos políticos têm que ser consentâneos com a ação e a realidade. Não pode haver só discurso a favor do social, mas depois não disponibilizar para a área social os recursos disponíveis, nomeadamente ao nível dos programas e apoios financeiros", advertiu José Manuel Fernandes.

Portugal dispõe de um envelope financeiro superior a 25 mil milhões de euros no âmbito dos fundos estruturais. Apesar disso, as misericórdias e outras IPSS estão a debater-se com a impossibilidade de aceder a fundos do Portugal 2020 para investir em novas estruturas sociais – como lamentou Manuel Lemos, presidente da UMP, sendo secundado pelos provedores presentes. Na sessão de esclarecimento sobre **"A Europa 2020, o Plano Juncker e as Misericórdias"**, que decorreu no Palácio do Raio, em Braga, José Manuel Fernandes assegurou que o Governo português dispõe de todas as condições para propor alterações na distribuição das verbas no âmbito do Acordo de Parceria Portugal 2020.

Negociador do Parlamento Europeu para o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEEI), o **"Plano Juncker"**, José Manuel Fernandes explicou na sessão o enquadramento geral e a possibilidade de aceder a este fundo que pode e deve ser complementado pelos fundos do Portugal 2020, tendo em vista candidaturas em diversas áreas dentro da Economia Social, incluindo a defesa do património, e os fins prosseguidos pelas misericórdias. Recordou que o Plano Juncker será reforçado na área social e passará a vigorar até 2020, com o objetivo de mobilizar 500 mil milhões de euros. Na sessão, o provedor da Misericórdia de Braga, Bernardo Reis, e Manuel Lemos sublinharam as necessidades e as dificuldades das Misericórdias no acesso a apoios comunitários para o investimento na área social.

Uma situação criticada face à urgência de melhorar a capacidade de resposta às necessidades sociais e à relevância da Economia Social na coesão nacional, conforme defendeu o causídico João Lobo, presidente da assembleia geral da Misericórdia de Braga. 

Paulo Rangel e José Manuel Fernandes organizam conferência sobre o Futuro da Europa

“A Europa vive um momento crucial e num mundo globalizado Portugal tem que estar preparado para responder aos desafios que os novos tempos nos colocam.”

Foi a partir deste mote que os Deputados **Paulo Rangel** e **José Manuel Fernandes** decidiram organizar uma conferência internacional sobre o Futuro da Europa. Com o objectivo de ajudar Portugal a preparar-se para as mudanças, para reflectir e recolher informação essencial para compreender o novo tempo. A conferência, **“Europa: que futuro?”** realizou-se no Palácio da Bolsa, no Porto. Na parte da manhã discutiu-se o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos e de que forma Portugal poderá aproveitar as oportunidades que o Plano Juncker cria. A parte da tarde ficou reservada para o futuro político da Europa à luz das mudanças que estão a ocorrer por todo o mundo: o Brexit, a eleição de Donald Trump, o crescimento dos movimentos populistas e nacionalistas, etc.

O eurodeputado **José Manuel Fernandes** apelou à maior sensibilidade dos decisores de instrumentos financeiros europeus para as realidades dos territórios de menor densidade populacional e económica, por forma a preservar a capacidade das regiões mais desfavorecidas no acesso a recursos determinantes para fomentar o investimento na União Europeia.

Abordando a execução do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) - o chamado **‘Plano Juncker’**, José Manuel Fernandes fez questão de chamar a atenção para as especificidades de regiões como o Norte - que é a mais pobre do país, apesar do seu peso na produção industrial e nas exportações -, mas sobretudo para territórios ainda mais desfavorecidos dentro do próprio Norte, como são as comunidades intermunicipais do Ave, do Cávado e do Alto Minho.

“Um projeto de 50 milhões de euros em Berlim não tem o mesmo impacto que em Lisboa. E



é verdade que no Norte esse peso seria ainda maior do que em Lisboa. Mas, nesta escala, temos também de perceber o que tal investimento representaria para territórios ainda mais desfavorecidos e pequenos, como são o Ave, o Cávado ou o Alto Minho”, especificou José Manuel Fernandes, numa conferência aberta pelo ex-primeiro-ministro e líder do PSD, Pedro Passos Coelho.

Nas sessões sobre o **‘Plano Juncker’** participaram o francês Ambroise Fayolle, vice-presidente do Banco Europeu de Investimento (BEI), e o chefe de divisões de operações do BEI, o português Nuno Ascenso Pires, assim como os presidentes da Associação Portuguesa de Bancos, Fernando Faria de Oliveira, e da comissão executiva do banco nacional de fomento, Ramos de Figueiredo.

Referindo-se ao FEIE e ao processo em curso para o seu reforço e ampliação, os intervenientes salientaram que o **‘Plano Juncker’**

“tem sido um sucesso e superado todas as expectativas”.

Apesar disso, José Manuel Fernandes - negociador do Parlamento Europeu para a revisão do FEIE - salvaguardou que há aspetos a melhorar, lembrando que os regulamentos não impõem limites mínimos para os projetos - embora a execução prática mostre que o BEI tem recusado, por norma, projetos abaixo dos 50 milhões de euros, sendo poucas as exceções.

Por isso, o eurodeputado do PSD reiterou a determinação em que projetos de menor dimensão financeira não sejam desvalorizados ou prejudicados. No entanto, sublinhou, por outro lado, que também há trabalho a fazer por parte dos agentes locais nas regiões mais desfavorecidas, nomeadamente ao nível da cooperação e junção de sinergias.

As comissões de desenvolvimento regional,



como a CCDR-Norte, e também as Comunidades Intermunicipais devem assumir mais iniciativa e serem promotoras de plataformas regionais ou temáticas que congreguem diferentes investimentos.

Nesse ponto, José Manuel Fernandes questionou se não há dimensão no Norte para avançar com uma plataforma para equipamentos sociais, de saúde, de valorização dos resíduos que são depositados nos aterros ou para criação de uma central de biomassa.

O *'Plano Juncker'* funciona como instrumento financeiro, disponibilizando garantias bancárias que possibilitam aos investidores acesso a financiamento em condições mais favoráveis.

O FEIE é um fundo *"aberto, apoiando qualquer projeto que seja sustentável, do ponto de vista financeiro e ambiental, e crie emprego"*. É complementar e adicional, permitindo que num mesmo projeto que já beneficie de outros apoios comunitários – como os fundos estruturais ou programas geridos centralmente – seja possível financiar partes ou investimentos não cobertos por esses mesmos programas.

Programado inicialmente até junho de 2018 e com capacidade para gerar 315 mil milhões de euros de investimento, o *'Plano Juncker'* deverá ser alargado até final de 2020 e reforçado para os 500 mil milhões de euros. Para isso, o fundo de garantia passará de 21 mil milhões para 33,5 mil milhões de euros (com o orçamento da UE a disponibilizar 26 mil milhões e o BEI 7,5 mil milhões).

Em pouco mais de um ano, o *'Plano Juncker'* aprovou 385 projetos de 27 dos 28 estados-membros, permitindo alavancar 154 mil milhões de euros, o que corresponde a metade da meta de 315 mil milhões de euros previstos inicialmente.

"Europa: Que Futuro?"

A conferência *"Europa: Que Futuro?"* juntou no Palácio da Bolsa, no Porto, mais de 200 pessoas, de diferentes setores da sociedade civil – desde empresários e dirigentes de associações económicas e de solidariedade social, a administradores públicos, bancários, professores universitários, consultores, advogados, estudantes e também desempregados.

Na sessão de abertura, Nuno Botelho, presidente da Associação Comercial do Porto, acolheu a iniciativa com *"grande satisfação e expectativa"*, pelo potencial contributo da informação a abordar para a dinamização económica da região.

Para além do *"Plano Juncker"* que ocupou os trabalhos da manhã, a conferência deu espaço à tarde para falar de *"Brexit, eleições americanas e impactos no futuro da Europa"*, com o eurodeputado Paulo Rangel a liderar uma discussão moderada pelo jornalista David Dinis, diretor do jornal Público, e que contou com intervenções da embaixadora britânica em Portugal, Kirsty Hayes, o vice-presidente do Conselho Geral da CIP, Jorge Neto, e do eurodeputado conservador britânico Charles Tannock.

No rescaldo final sobressaiu a ideia de dificuldades acrescidas para a população britânica, por força da opção pelo *"isolamento"* do Reino Unido face à convicção sobre os méritos do processo de integração europeia como modelo de desenvolvimento e promoção dos valores humanos, em contraponto às ameaças populistas de desintegração. 

Sofia Ribeiro vê aprovado em plenário Procedimento por Desequilíbrios Sociais

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** viu aprovado em sessão plenária, em Estrasburgo, o relatório sobre “o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aplicação das prioridades para 2016”, no qual foi a relatora do Parlamento Europeu no que respeita aos aspetos sociais e do emprego.

No debate que antecedeu a votação, Sofia Ribeiro interveio relembrando a sucessiva defesa do **primado social** pelo Parlamento Europeu no processo do **Semestre Europeu** - “o processo de coordenação das políticas orçamentais e económicas da União deve colocar a economia ao serviço dos cidadãos” - e a ousadia de colocar ao mesmo nível os indicadores sociais e os indicadores económicos: *“fomos ainda mais longe, defendendo que estes indicadores estejam em pé de igualdade com os indicadores económicos existentes, garantindo que os desequilíbrios internos sejam melhor avaliados e aumentando a eficácia das reformas estruturais.”*

Para a Eurodeputada este processo *“deve visar a criação de emprego e a prosperidade das populações, norteando-se pela necessária responsabilidade orçamental que garante a sustentabilidade da Europa Social, não colocando em risco as gerações mais jovens, num processo de boa governação económica orientada para o crescimento”*. Afirmando mesmo ser *“incompatível com a aplicação de sanções a Portugal e a Espanha, que põe em causa a sua capacidade de investimento.”*

A votação confirmou as declarações de Sofia Ribeiro, *“estando uma larga maioria parlamentar de acordo com uma União socialmente mais justa, tendo sido aprovadas propostas minhas como o desenho e criação de um procedimento por desequilíbrios sociais, semelhante ao procedimento por desequilíbrios orçamentais e até mesmo saído reforçada a posição contra sanções e corte de fundos a Portugal e Espanha. A minha posição é muito simples: se defendemos que a economia deve estar ao serviço dos cidadãos, então não faz sentido que a evolução dos indicadores económicos não seja acompanhada de uma evolução dos indicadores sociais, garantindo que, se temos*



Sofia Ribeiro afirmou que “fomos ainda mais longe, defendendo que estes indicadores estejam em pé de igualdade com os indicadores económicos existentes, garantindo que os desequilíbrios internos sejam melhor avaliados e aumentando a eficácia das reformas estruturais.”

melhores desempenhos económicos, estamos efetivamente a criar melhor emprego”.

Note-se que a Deputada social-democrata foi novamente nomeada relatora do Partido Popular Europeu, maior grupo político do Parlamento Europeu, do documento que espelhará a primeira posição do Parlamento

relativamente ao Semestre Europeu de 2017, concluindo estar *“muito satisfeita, pois pelo terceiro ano consecutivo recebo este voto de confiança do meu Grupo, que considero ser resultado do trabalho e empenho que tenho colocado nestas matérias, com resultados quanto aos consensos interpartidários que se têm gerado.”* 

Cláudia Monteiro de Aguiar tem novo projecto aprovado de 750 mil euros

Nota máxima da Comissão e do Parlamento para criação de CV comum para patrões das embarcações comerciais

No seguimento do trabalho levado a cabo por **Cláudia Monteiro de Aguiar**, na Comissão dos Transportes e Turismo no Parlamento Europeu, sendo exemplo a promoção de vários encontros e iniciativas com a Indústria Náutica Europeia, a Deputada viu aprovado, no Orçamento Geral da União para 2017, o projecto *Common Curriculum for Skippers of Small Commercial Vessels*, no valor de 750 mil euros, do qual foi autora.

Esta acção Preparatória apresentada pela Eurodeputada madeirense pretende colmatar as lacunas existentes em termos de formação e das qualificações para os patrões das embarcações dos Estados-Membros da União. Este projecto surge, no âmbito de um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido junto da indústria náutica, e segundo Cláudia Monteiro de Aguiar “*irá aumentar o potencial de crescimento do sector náutico e de recreio e facilitar a mobilidade de quem optou por esta profissão. Acredito que possamos verificar no futuro um aumento do número de embarcações arvorando pavilhão português.*”

Actualmente não existe reconhecimento mútuo das qualificações e formação entre os Estados-Membros para os patrões das embarcações. Os skippers profissionais que têm um registo para uma embarcação comercial, até 24m, num determinado Estado-Membro, só podem operar arvorando esse mesmo pavilhão.

Em Março de 2017 a Comissão Europeia apresentará o procedimento a levar cabo para concretizar os objectivos desta iniciativa e envolver as Regiões e a Indústria. A verba de 750 mil euros será canalizada para investimento em formação específica para os patrões das embarcações comerciais, como por exemplo cursos que garantam qualificações iguais em toda da União.

É a segunda vez consecutiva que a Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar vê aprovado um projecto seu, com financiamento próprio no quadro do Orçamento Geral da União. O 1º projecto *Smart Port City*, aprovado o ano passado pelas instituições Europeias, está aberto a candidaturas no âmbito do Horizonte 2020, até Fevereiro de 2017. 

Adoções forçadas no Reino Unido motivam pergunta de Fernando Ruas à Comissão Europeia



Os últimos dados oficiais referem que, em 2015, esse número alcançou um total de 31. 100 crianças, que foram posteriormente colocadas à guarda do Estado. Perante o elevado número reportado, o Eurodeputado Fernando Ruas decidiu questionar a Comissão Europeia.

No âmbito da Comissão das Petições do Parlamento Europeu, **Fernando Ruas** teve conhecimento dos inúmeros casos relativos a **adoções forçadas no Reino Unido**, envolvendo crianças cujos progenitores são oriundos de outros Estados-Membros, de que são exemplo países como Portugal, Eslováquia, Bulgária, Letónia e Dinamarca.

De acordo com a informação disponível, estamos perante situações que indiciam haver, diariamente, no Reino Unido, crianças retiradas aos seus progenitores, sendo que a grande maioria delas é reencaminhada para famílias adoptivas, de forma irreversível e sem qualquer consentimento parental.

Os últimos dados oficiais referem que, em 2015, esse número alcançou um total de 31. 100 crianças, que foram posteriormente colocadas à guarda do Estado.

Perante o elevado número reportado, o Eurodeputado Fernando Ruas decidiu questionar a Comissão Europeia, designadamente, quanto à proposta de revisão que esta Instituição está a efectuar ao Regulamento Bruxelas II-A, relativo à compe-

tência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental.

Note-se que a UE pode adotar medidas relativas ao direito da família com incidência transfronteiriça, no domínio das adopções, embora de futuro se tenham que acautelar as consequência que o BREXIT possa implicar.

Por essa razão, o Deputado Europeu considerou importante saber junto da Comissão Europeia qual o ponto de situação da revisão ao Regulamento e quais os resultados decorrentes do diálogo interinstitucional que, entretanto, teve lugar sobre esta matéria, de forma a contribuir para uma melhor e mais justa aplicação da lei e consequente minimização da ocorrência deste tipo de casos.

Nunca é demais sublinhar que, a *ultima ratio* em matéria de responsabilidade parental, deverá ser sempre assegurar a defesa dos direitos da criança e salvaguardar o seu superior interesse, no quadro daquele que é o acervo legal a nível nacional, comunitário e internacional. É isso que, pretendemos, humildemente, acautelar. 

Fernando Ruas eleito Presidente da Delegação com o Brasil

O Deputado **Fernando Ruas** foi eleito **Presidente da delegação com o Brasil** sucedendo ao Deputado **Paulo Rangel** que foi o seu primeiro Presidente.

Paulo Rangel que foi o autor da iniciativa política que levou à criação da delegação interparlamentar União Europeia-Brasil lembrou que sempre considerou que o Brasil devia ter um *"lugar próprio"* no âmbito da União Europeia e que o Brasil *"foi um dos primeiros países com que a Europa estabeleceu relações diplomáticas"*.

As delegações têm competência de manter e desenvolver os contactos internacionais do Parlamento. As actividades de uma delegação terão em vista, por um lado, manter e intensificar os contactos com os Parlamentos dos Estados que são parceiros tradicionais da União Europeia e, por outro lado, contribuir para promover nos países terceiros valores nos quais se funda a União Europeia, a saber, os princípios de Liberdade, Democracia, respeito dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais e do Estado de Direito. 



2015 foi um ano difícil para os Direitos Fundamentais

O Parlamento debateu o **relatório anual dos Direitos Fundamentais 2015**.

Carlos Coelho começou por assinalar que *"o ano de 2015 foi particularmente difícil para os Direitos Fundamentais na União"* acrescentando *"apesar de se registarem algumas evoluções, permanecem problemas estruturais, encabeçados pelo «famoso» dilema de Copenhaga. Assistimos ainda a ataques violentos a outros Direitos Fundamentais, como a segurança e a liberdade de expressão. Não menos importante, fomos confrontados com um grande número de pessoas nas nossas fronteiras. Também*

aqui, está na nossa matriz o direito ao asilo e o direito à vida".

O social-democrata continuou sublinhando que *"com efeito, a União não pode permitir que qualquer um dos seus Estados-Membros desrespeite os critérios fundamentais para a sua adesão. Se é certo que cada novo governo pode alterar legitimamente as suas políticas, também é claro que novas maiorias não podem alterar a natureza do Estado, colocando em causa valores tão fundamentais como o Estado de Direito. Fomos assolados por atentados terroristas que nos devem fazer refletir sobre a promoção dos*

valores universais que nos unem. Por outro lado, o Parlamento deu passos determinados já em 2016, mas ainda muito continua por fazer tanto no que respeita às nossas responsabilidades humanitárias, como no sistema europeu comum de asilo".

O Deputado do PSD concluiu deixando um alerta: **"Os Direitos Fundamentais são de facto a trave mestra da União, a matriz dos nossos valores. Contudo, é através de todas e cada uma das políticas europeias que os concretizamos e lhes atribuímos conteúdo. Por isso o nosso trabalho é tão importante e tão exigente"**. 

Plataforma de Investimento para o Turismo é a proposta lançada em Reunião

Cláudia Monteiro de Aguiar pede cooperação do Sector

A Cláudia Monteiro de Aguiar reuniu, em Lisboa, o sector do Turismo para debater as oportunidades de financiamento Europeu e a necessidade de criação de uma Plataforma, que unindo todos os interessados seja, no fundo, uma única fonte de informação e investimento.

Esta Reunião de Alto-Nível teve como oradores o Comité das Regiões, a Comissão Europeia, o Banco Europeu de Investimento, o Turismo de Portugal e a Deloitte, e contou com a presença da Confederação do Turismo Português, da Associação da Hotelaria de Portugal, da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, da Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo, das Entidades Regionais e Agências de Promoção Regional, Beta-I e Portugal Venture.

A proposta de **criação de uma Plataforma de Investimento** para o sector foi a tónica do debate ainda que o sector tenha identificado outros grandes desafios, como a recapitalização das empresas, a maturidade dos empréstimos e os custos de contexto, como os principais problemas das empresas do sector.

Cláudia Monteiro de Aguiar relembra que *“o importante é o estabelecimento de parcerias e plataformas temáticas ou geográficas que criem oportunidades de desenvolvimento sustentável dos nossos destinos. A exemplo de outras regiões europeias e de outros países, Portugal tem de saber encontrar as necessidades comuns ao sector e, em cooperação, inclusive, com outros países e regiões, criar projectos com escala. As associações, as empresas em Portugal se trabalharem em estreita colaboração podem candidatar-se a diversos projectos com financiamento europeu.”*

Neste encontro, a Comissão Europeia, apresentou o Guia para o Financiamento do Turis-



Cláudia Monteiro de Aguiar sublinha “que sozinhos e de costas voltadas não alcançamos os objectivos pretendidos. As oportunidades de financiamento europeu existem e estão à disposição da economia, temos agora que identificar as necessidades comuns do sector, para alcançar por exemplo o Plano Juncker.”

mo 2014-2020, agora disponível também em Português, numa proposta presente no relatório sobre o Turismo, da autoria de Cláudia Monteiro de Aguiar, que vê agora colocada em prática.

Cláudia Monteiro de Aguiar sublinha *“que sozinhos e de costas voltadas não alcançamos os objectivos pretendidos. As oportunidades de financiamento europeu existem e estão à disposição da economia, temos agora que identificar as necessidades comuns do sector,*

para alcançar por exemplo o Plano Juncker.”

A digitalização, as competências, o apoio e acesso ao financiamento das PME e Startups, os novos modelos da economia colaborativa, as infraestruturas de transporte para melhorar as ligações, a renovação dos hotéis e eficiência energética e uso das renováveis foram alguns dos segmentos passíveis de serem financiados por uma Plataforma de Investimento para o Turismo, iniciativa que deve partir do sector em parceria com o Turismo de Portugal. 



Cláudia Monteiro de Aguiar aceita com satisfação resultado das negociações europeias nas Pescas

A Eurodeputada do PSD falou aos jornalistas onde exprimiu a sua grande satisfação pelo sucesso das negociações no que diz respeito à redução do corte na pesca do Peixe Espada Preto e ao facto de ter sido reconsiderada a quantidade de pesca acessória, onde se inclui a questão da “Gata”.

Segundo **Cláudia Monteiro de Aguiar** “*este é um resultado bastante gratificante de reconhecimento do trabalho que temos vindo a desenvolver nas instâncias europeias. Não é fácil e nem sempre é visível ou perceptível as negociações e envolvimento necessários para chegarmos a consensos, mas entendo que o trabalho realizado em estreita parceria com o Governo Regional, nomeadamente com o Secretário Regional que tutela esta matéria, contribuiu decisivamente para que as autoridades europeias além de sensibilizadas realmente ajustassem as medidas que teriam impacto em termos económicos e sociais na Região da Madeira caso não sofressem alterações*”.

Durante os últimos dois anos a Eurodeputada madeirense empenhou-se junto da Comissão Europeia para que questões em matéria de pesca, em casos como o do Peixe Espada Preto ou do Peixe Gata fossem consideradas e salvaguardadas sem prejuízo em termos económicos para pescadores e empresas que trabalham com o sector, como o esforço em que se permitam manter formas tradicionais que caracterizam algumas regiões com ligação efetiva ao Mar. Recentemente, alertou o Comissário Responsável em sede de debate parlamentar e através dos vários instrumen-

tos oficiais que os Deputados têm para a sua acção parlamentar, para as tremendas consequências económicas e sociais que a possível redução das quotas de captura do Peixe Espada Preto poderia ter na Região.

O trabalho conjunto e a união de esforços com o Governo Regional e com os agentes do sector contribuiu determinantemente para pressionar as autoridades europeias a mudarem a sua posição e reduzirem os cortes anunciados de 20% para 12%, sendo este um valor abaixo das normais capturas realizadas.

Segundo a Secretaria da Agricultura e Pescas, existirá uma redução das capturas de 12% na pesca do peixe-espada durante os próximos dois anos, alcançando-se as 2.487 toneladas em 2017 e as 2.189 toneladas em 2018, valores estes ainda dentro das normais pescarias realizadas pelos pescadores madeirenses. Além disso, será novamente possível proceder à pesca acessória de tubarões até ao valor das 10 toneladas, atividade esta que tinha sido anteriormente proibida pela União Europeia.

“Sempre o afirmei e irei continuar a reforçar a importância de mantermos as nossas tradições locais. Nas Regiões Ultraperiféricas, há uma grande variedade de pequenas comunidades que são altamente dependentes do seu próprio tipo de pesca tradicional. Nos países do Sul, como também nas Regiões Ultraperiféricas existem tradições culturais, gastronómicas e sistemas típicos de pesca que devem ser respeitados pelos legisladores europeus” referiu Cláudia Monteiro de Aguiar.



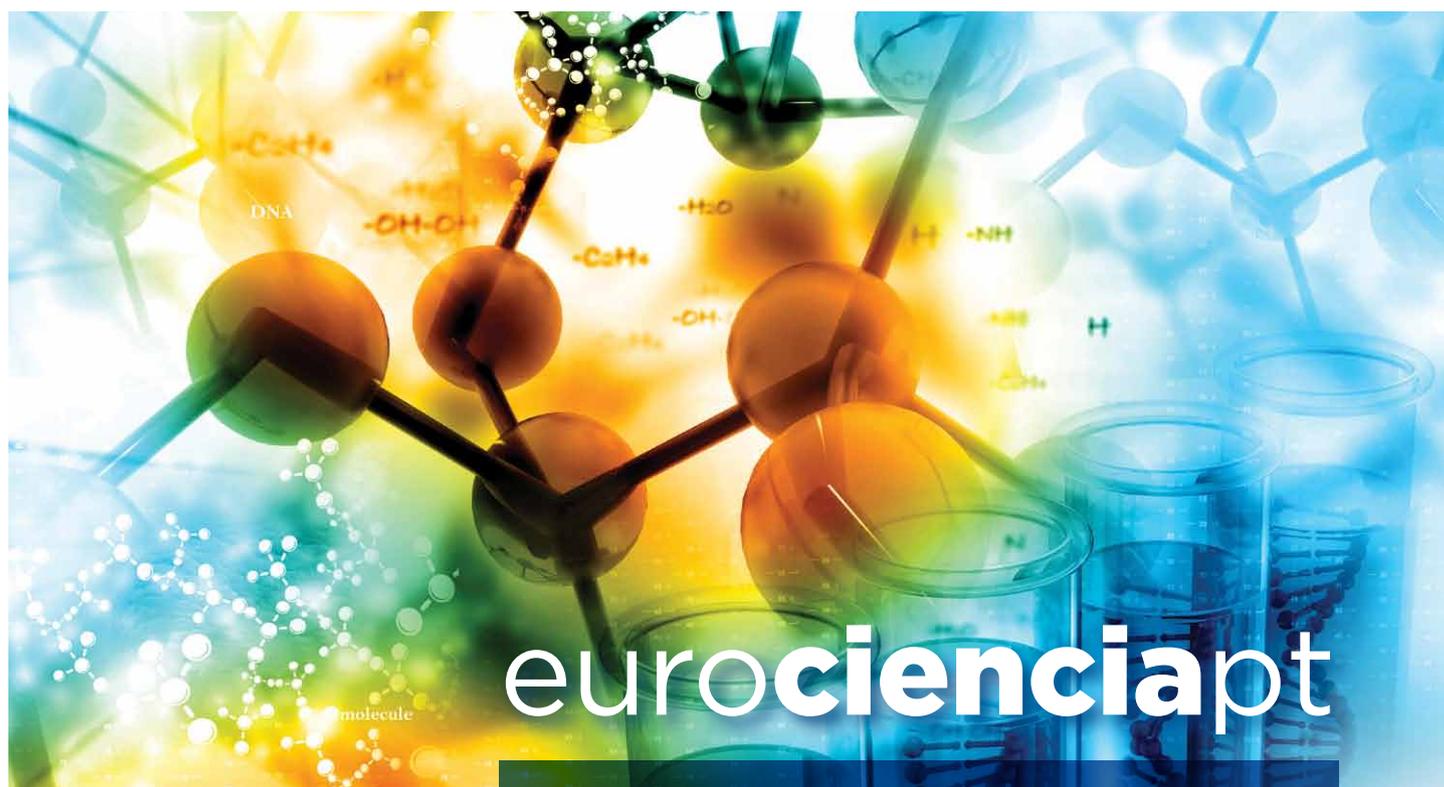
“Quem não quer refugiados, não pode ter livre circulação”

O Parlamento Europeu aprovou a criação da Nova Agência Europeia para o Asilo. As negociações com o Conselho deverão ter início no próximo ano.

Carlos Coelho, relator pelo PPE, lembrou que *“sempre que há pessoas no mar em risco de se afogarem, a única decisão possível é salvar essas vidas”*. E acrescentou: *“este é um esforço que tem de ser solidário. Todos os Estados-Membros têm de fazer a sua parte. Quem não quer acolher refugiados e coloca em causa Schengen, não deve poder beneficiar da liberdade de circulação”*.

O Deputado do PSD sublinhou ainda que *“a nova Agência Europeia para o Asilo terá mais meios para apoiar os Estados-Membros e mais competências e recursos quer para a prevenção, quer para o apoio em caso de emergência. A União Europeia estará assim mais bem preparada”*

Carlos Coelho concluiu notando que *“o Parlamento trabalhou bem e de forma rápida, espero que o Conselho seja capaz de o fazer também”*.



Carlos Coelho reúne com comunidade científica portuguesa para debater novas tecnologias e a relação da Ciência com a Política

Cinquenta cientistas portugueses de várias Universidades, Centros de Investigação e Laboratórios de todo o país reuniram com **Carlos Coelho** para debater o estudo "**Antecipar o Futuro - Dez Tecnologias que podem mudar as nossas vidas**" (Disponível para consulta e download em <http://carloscoelho.eu/texts/view/antecipar-o-futuro>). O debate, realizado a 6 de Janeiro no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, contou com a participação do Comissário Europeu para a Investigação, Ciência e Inovação, **Carlos Moedas**, que prefaciou a edição portuguesa deste estudo, promovida por Carlos Coelho.

Na sessão de trabalho, aberta pelo Reitor da Universidade de Lisboa, **Professor António Cruz Serra**, discutiram-se os impactos sociais das dez tecnologias e as respostas

políticas e legislativas que estas exigem. Além disso, houve oportunidade para os cientistas portugueses reflectirem sobre outras inovações que podem colocar novos desafios à investigação e inovação e, por consequência, aos legisladores nacionais e europeus. Por fim, por proposta de Carlos Coelho, **foi lançada uma rede que reúne cientistas portugueses, o Comissário Europeu e o Deputado ao Parlamento Europeu.**

Carlos Coelho, que pertence ao painel do STOA - *Science and Technology Options Assessment*, recordou que "*muitas vezes, ciência e política estão de costas voltadas*" e que "*a criação desta rede pretende contrariar essa realidade, colocando cientistas e decisores políticos mais próximos, de forma a melhorar a comunicação e informação sobre as oportunidades que a União Europeia oferece aos nossos investiga-*



dores". "**Quanto mais informados estão os decisores políticos, mais capacitados estão para decidir**" rematou. 

Cláudia Monteiro de Aguiar pede a Juncker: maior proximidade aos jovens e apoio ao Emprego

A Eurodeputada do PSD, inserida no Grupo de Trabalho dos Jovens Deputados do Parlamento Europeu, reuniu com **Jean Claude-Juncker**, a fim de apresentar novas ideias e novas propostas para impulsionar o emprego jovem. No momento em que o Presidente da Comissão Europeia faz o balanço de dois anos de mandato do seu Colégio, recebe os Jovens Deputados do Parlamento Europeu e dos vários Parlamentos Nacionais, para troca de ideias e apresentação de novas propostas e programas sociais e de emprego.

Cláudia Monteiro de Aguiar aproveitou o momento para referir-se ao Emprego: *“agora que termina a implementação do Programa Garantia Jovem, precisamos de evoluir no sentido de criar um novo programa de apoio ao emprego que dê maiores oportunidades de integração dos jovens no mercado de trabalho. Este programa não pode deixar de considerar fatores de constrangimento geográfico e económico, e que diminuam as possibilidades de alguns jovens terem acesso ao mesmo nível que outros. E refiro-me à especial atenção que deve ser dada às regiões com condicionalidades económicas, sociais e geográficas como são as Regiões Ultraperiféricas, as regiões remotas e insulares.”*

Nos últimos dois anos, Portugal recebeu 320 milhões de Euros para apoiar o Emprego Jovem, programa que termina agora no final de 2016. Durante esta reunião, foram também analisados os problemas de financiamento que se colocam aos projectos de empreendedorismo e da nova economia digital, uma área cuja previsão aponta para uma contribuição de 2,5% para o crescimento económico europeu até 2020.

“Precisamos dar o salto entre falar e defender



o empreendedorismo e as startups, passando ao apoio concreto à concepção de novas ideias de negócio. Nós temos jovens empreendedores, temos jovens cheios de novas ideias e projectos incríveis para colocar em prática. Temos é de encontrar forma de canalizar ou incentivar os apoios disponibilizados pelas empresas de capital de risco e também pelos investidores privados. Tem de haver um equilíbrio e uma menor dependência dos tradicionais empréstimos bancários. E a Comissão deve fazer um esforço adicional em encontrar

forma de apoiar mais e melhor também estes jovens empreendedores com as suas startups”, defendeu ainda Cláudia Monteiro de Aguiar na sua intervenção.

A Comissão Europeia tem a seu cargo vários dossiers com vista a impulsionar o crescimento económico e a criação de emprego, como se sucede com o Programa de apoio ao Emprego Jovem, uma Nova Agenda para a Economia Digital ou novos Meios de Financiamento para as Empresas. 